



SPN
Informação

87



foto: Alaa Badarneh / Lusa

SPN SAÚDA LIBERTAÇÃO DE FATIMA AL-RIMAWI

Entre os detidos libertados no primeiro grupo de prisioneiros políticos palestinianos, na sequência do acordo de cessar-fogo entre Israel e o Hamas, encontrava-se Fatima Al-Rimawi, presidente da secção de Jericó do Sindicato Geral dos Trabalhadores de Jardins-de-Infância e Escolas Privadas da Palestina (GUWKPS), uma organização membro da Internacional da Educação (IE).

Acusada de “incitamento ao terrorismo”, devido a uma publicação no facebook contra os ataques israelitas em Gaza, Fatima foi detida em sua casa, em janeiro de 2024, e levada para a prisão al-Damon, conhecida pelos maus tratamentos físicos e psicológicos infligidos às reclusas, tal como documentado na recente investigação da organização israelita B’Tselem. Aí permaneceu presa durante um ano, sem acesso a cuidados médicos nem visitas da família. Só falou com o advogado por vídeo e nunca se encontrou com um juiz.

Em setembro de 2024, por iniciativa da Federação Americana de Professores (AFT), uma rede de doze organizações sindicais, entre as quais a Fenprof, avançou com a campanha internacional #FreeFatimaAlRimawi, em cooperação com sindicatos de professores da região árabe, advogados israelitas de direitos humanos e o marido de Fatima.

Congratulando-se com a libertação de Fátima, e de outros presos políticos, o presidente da IE expressou o desejo de que “este cessar-fogo possa ser uma pedra basilar para uma paz duradoura e marcar o fim de uma guerra devastadora”. Apelando a ambas as partes para que honrem os seus compromissos, façam cumprir o cessar-fogo, entreguem ajuda essencial a Gaza e libertem todos os reféns, a IE apelou às organizações internacionais, aos governos, às agências da ONU e aos atores humanitários para que deem prioridade à educação, investindo na reconstrução de escolas e garantindo o acesso a uma educação de qualidade para todas as crianças. “Reconstruir Gaza não é apenas restaurar edifícios, mas restaurar a esperança, a dignidade e a justiça para o seu povo”, acrescentou Murgwena Maluleke.

MM

Ficha técnica

Diretora: Manuela Mendonça (MM)

Vice-diretores: Francisco Gonçalves (FG) e José Manuel Costa (JMC)

Editor: Rogério Ribeiro (RR)

Conselho de Redação: Marta Cruz (MC), Paulo Campos (PC), Ricardo Cardoso (RC), Sónia Duarte (SD) e Susana Nogueira (SN)

Colaboraram nesta edição: Cláudio Moreira (CM), Cristina Nogueira (CN), Helder Maia (HM), Marta Martins (MGM), Ana Paula Tomé (APT), Manuela Silva (MS) e Gabriela Alves (GA)

Fotografia: Henrique Borges (incluindo a capa)

Paginação: Miguel Ângelo

Impressão: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

Propriedade: Sindicato dos Professores do Norte (SPN)

Redação e Administração: Rua D. Manuel II, 51/C- 3.º · 4050-345 Porto

Tel.: 226 070 500

E-mail: spninfo@spn.pt

Site: www.spn.pt

Tiragem média: 1500 exemplares

Registo no ICS: 109963

Depósito legal: 238855/06

Nota de correção:

Por lapso, a ficha técnica da «SPN/Informação» n.º 86 não faz referência a Ana Alvim, autora do layout utilizado. Lamentando o facto, a direção da revista reconhece o erro e apresenta as suas desculpas à autora.

Distribuição gratuita aos sócios do SPN

2025 — ANO DE REVISÃO DO ECD

Num tempo em que a esperança parece não ter como horizonte o futuro, mas sim o passado, um passado mítico, uma “retrotopia” como lhe chama Bauman, é ainda mais importante que os sindicatos e os professores ponham os olhos no futuro, lutem por uma sociedade melhor, uma profissão valorizada, uma escola pública de qualidade.

É tempo de opções, de ponto e contraponto: à opção pela guerra, enquanto democratas, devemos contrapor a paz; ao discurso de ódio e à segregação, o convívio entre diferentes; ao regresso ao tribalismo, o primado da lei e do estado de direito; e enquanto professores, a urbanidade no espaço público em detrimento da má-criação.

Neste primeiro número de 2025 da revista «SPN/Informação», damos uma grande relevância ao processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), oportunidade única para valorizar a carreira e a profissão docente, procurando nela manter os que ainda a exercem, recuperar os que a abandonaram e atrair os jovens para as licenciaturas e mestrados em ensino. Se hoje faltam professores é porque durante duas décadas, sucessivos governos, por deliberada opção política, desvalorizaram a carreira docente e o seu exercício.

E quanto ao atual governo, se o seu programa não deixava ninguém sossegado, o teor do protocolo negocial sobre a revisão do ECD levanta o véu da ‘valorização’ da carreira pretendida — até 2027, os educadores e os professores irão recuperar o tempo de serviço e rever a carreira às pinguinhas; em 2027, a carreira docente é integrada na Tabela Remuneratória Única (TRU) da Administração Pública. Ora, a TRU funciona por pontos e são necessários 8 pontos para mudar de escalão (o equivalente ao BOM corresponde a 1 ponto, as menções de mérito 2 ou 3). Como dois terços dos avaliados não terão menções de mérito (imposição do SIADAP), os quatro anos de tempo de serviço por escalão passam a oito.

Também a gestão e administração escolar, cujo diploma o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) pretende rever esta primavera e criar um estatuto para os diretores, à margem do ECD, merece referência, particularmente os resultados do inquérito que a Fenprof dinamizou e no qual os docentes subscrevem as posições da Federação sobre colegialidade e democracia.

Nesta edição merece, também, um sublinhado: A tomada de posse da direção distrital de Vila Real do SPN. Deste modo, fica fechada a composição dos Corpos Gerentes do SPN para o triénio 2024/2027. Votos de bom trabalho a todos os eleitos.

E há o destaque à Teresa Maia Mendes. O Sindicato são os rostos, as pessoas, aqueles — funcionários, dirigentes, delegados — que diariamente atendem os sócios, esclarecem e mobilizam os professores, participam nas lutas. A Teresa Maia Mendes foi uma dirigente ímpar, dedicou uma vida ao SPN, à Fenprof e à causa dos educadores e dos professores. Merece o reconhecimento e o louvor do seu Sindicato, do seu SPN. Nesta edição, fica uma singela homenagem.

Por último, um apelo à participação de todos na discussão das propostas de revisão do ECD e no acompanhamento do processo negocial.



Francisco Gonçalves
Coordenação do SPN



grande-angular

fotos: HB

ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE (ECD)

O Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, habitualmente designado apenas por Estatuto da Carreira Docente ou pela sigla correspondente, ECD, foi aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril (DL 139-A/90). Cinco meses antes, fora publicado o Decreto-Lei n.º 409/89, de 18 de novembro (DL 409/89), que aprovara a estrutura da carreira do pessoal docente e estabelecera as normas relativas ao seu estatuto remuneratório.

O início

Apesar de um estatuto e uma carreira próprios serem, ao tempo, uma ambição de longa data dos educadores e professores portugueses, foi preciso passar mais de década e meia sobre o 25 de Abril para que os docentes vissem esse objetivo concretizado, curiosamente num quadro político tido como desfavorável aos seus anseios, já que o governo presidido por Aníbal Cavaco Silva, que tinha Roberto Carneiro na pasta da Educação, beneficiava de uma sólida maioria absoluta, a terceira que o Portugal democrático conheceu, mas primeira unipartidária. E só foi possível alcançar o ECD pelo querer e pela luta dos educadores e dos professores que, só no espaço de um ano, fizeram 13 greves, todas com elevadíssima participação.

Tempos de mudança – altos e baixos

Aqueles diplomas estavam algo longe de serem o ECD e a carreira ideais, mas, sobre o final do milénio, os docentes portugueses viram ser conferida à sua carreira uma maior dignidade há muito merecida. Primeiro, em 1996, foi abolida a absurda e injustificada prova de candidatura de acesso ao então 8.º escalão; depois, em 1999, conseguiram-se a contagem integral do tempo de serviço e um justíssimo encurtamento da carreira, de 29 para 26 anos, a par de uma revalorização no vencimento, ambos faseados por um período de três anos (entre 1999 e 2001). Ainda assim, a carreira docente portuguesa continuava a ser, na Europa, uma das mais longas e menos atrativas, sobretudo no início e até nos escalões intermédios.

A estrutura da carreira e o estatuto continuariam a integrar diplomas separados durante quase duas décadas. A unificação no mesmo diploma foi operada com a publicação do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de janeiro, pela mão do governo de José Sócrates e Maria de Lurdes Rodrigues. Isto era algo que se desejava, no entanto aconteceu conjuntamente com a introdução de um conjunto de alterações, quase todas com um impacto muito negativo, impondo uma realidade ainda pior que a que vigorara até 1999, através de uma fratura da carreira em categorias hierarquizadas (professor e professor titular), que limitava o acesso aos quatro últimos escalões, por via de uma dotação específica (quota) nunca superior a 1/3 do total de docentes, por escola e departamento curricular.



Por via da forte e determinada luta dos educadores e professores e dos seus sindicatos, então em generalizada congregação de esforços, aquela fratura artificial na carreira docente não demorou a ser eliminada. Ainda assim, da carreira instituída entre 2007 e 2009, ficou uma carreira mais extensa, que passou dos 26 anos de serviço (que vigoraram de 2001 a 2006) para os atuais 34. Registe-se, porém, que os 34 anos de carreira são apenas na teoria, uma vez que, desde 2007, a duração da carreira deixou, efetivamente, de ser global, como sucedia ao abrigo do DL 312/99 (que revogou o DL 409/89), que garantia que “as reduções da duração dos módulos de tempo de serviço (...) determinam o reposicionamento na carreira dos docentes que se encontrem em escalões posteriores”.

Ora, com a publicação do “Estatuto do ME”, como ficou conhecido o DL 15/2007, publicado no Dia Nacional de Luto dos educadores e dos professores (19 de janeiro), o que aconteceu foi que as alterações que foram introduzidas na estrutura de carreira – designadamente as reduções do tempo de permanência em alguns escalões – apenas se refletiam no escalão em causa, não se repercutindo em quem estava em escalões superiores. Ou seja, deixou, de facto, de haver uma carreira global, mas sim um conjunto de mini-carreiras, cada uma correspondente a um escalão. E porque “as trevas não são eternas”, haveria de vir Isabel Alçada para acabar com a famigerada figura de professor titular, garantindo alguma reposição do espírito do ECD inicial.

Atualidade

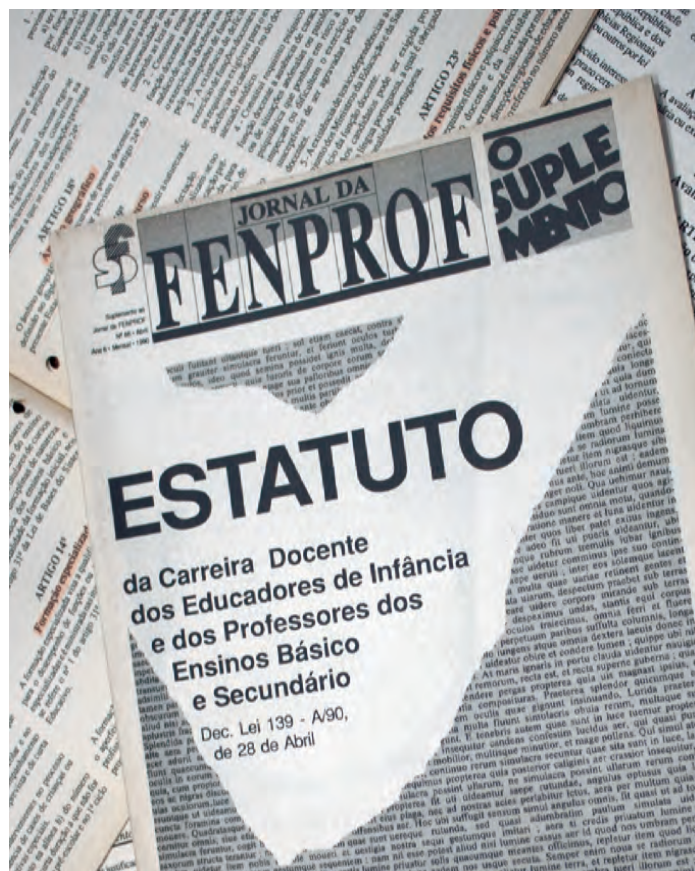
A rábula do protocolo negociado

Para o SPN, a adoção de uma nova carreira docente é umas das condições absolutamente essenciais para a revalorização da profissão e para o consequente reforço da atratividade da mesma. Se o objetivo é combater a cada vez mais asfixiante falta de professores, então não há como escamotear as reivindicações avançadas pela Fenprof (ver pág. 8). Só assim será possível atrair os muitos milhares que, nos últimos anos, abandonaram a profissão e cativar os jovens a optar em muito maior número pelos cursos de formação de professores, para que seja possível a renovação de um corpo docente dos mais envelhecidos da Europa, e por isso, cada vez mais debilitado.

Contudo, qual não foi o espanto da Fenprof quando, em 27 de dezembro, constatou que, entre as propostas apresentadas pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) para a revisão do ECD, não havia sequer referência expressa, entre as matérias a negociar, à estrutura da carreira, aos índices de vencimento e à transição entre estruturas. Em seu lugar, constatou uma ambígua, mas perigosa, referência a uma “revisão da carreira docente não revista”, a qual, ainda assim, apenas surgia para ser discutida após a mobilidade, o recrutamento, o ingresso, a formação e desenvolvimento profissional e as condições de trabalho, sendo o modelo de avaliação do desempenho relegado para último ponto proposto para negociação.

Sobre o assunto, o SPN tem fundados receios de que a formulação “revisão da carreira docente não revista” seja uma forma de abrir a porta para a extinção da carreira do corpo especial docente, com escala indiciária própria, e a integração dos docentes na Tabela Remuneratória Única (TRU) da Administração Pública, com todas as nefastas consequências que daí adviriam. Esta seria uma alteração significativa contra a qual os educadores e os professores se têm batido desde 2008.

Quanto à proposta de matérias a discutir e à sua mais do que questionável ordenação, a Federação contrapôs que a prioridade absoluta fosse dada à estrutura da carreira, aos índices e à transição entre estruturas, logo seguida da avaliação do desempenho, matéria





também muito importante para os docentes. A seguir, a abordagem das condições de trabalho, incluindo o horário de trabalho e suas componentes, a aposentação e só depois matérias como formação, recrutamento, ingresso e mobilidades. Além destas, sugeri, ainda, a negociação de matérias como direitos e deveres, férias, faltas e licenças, o regime disciplinar e as disposições transitórias, matérias que o MECI pura e simplesmente ignorara na sua proposta.

Outro aspeto que contribuiu para um início conturbado das negociações foi a ausência de uma qualquer previsão por parte do MECI para a duração da negociação, rejeitando, de imediato, que tal pudesse acontecer no início do próximo ano escolar. Também não concordou que reuniões para assinaturas de acordos fossem conjuntas ou simultâneas e ainda pretendeu impor que as atas das reuniões e o próprio texto do protocolo ficassem sujeitos a confidencialidade. Ou seja, nenhuma das propostas apresentadas pela Fenprof foi aceite, nem mesmo a introdução da referência à calendarização do processo negocial (obrigatória nos termos do artigo 351.º da LTFP). A proposta da Fenprof era que o processo negocial encerrasse, no máximo, em julho de 2025. A este respeito, cabe recordar que, na reunião de 21 de outubro, o MECI propusera que o processo decorresse até novembro de 2025, para, dois meses depois,

referir que não seria lógico estar a condicionar o processo prevendo a sua duração! Em consequência desta atitude inflexível, dir-se-á ilegal, por parte do MECI, a Fenprof não podia assinar o protocolo proposto, pois isso seria trair as dezenas de milhares de docentes que ali representava.

Uma postura firme e determinada que mereceu da parte do MECI, pasme-se, a ameaça de retirada da Fenprof do processo negocial e levou Fernando Alexandre a acusar, em pleno Parlamento a Fenprof de mentir. Uma situação que acabou por levar a Fenprof a requerer ao MECI a entrega de uma cópia integral da gravação da reunião, que ainda se aguarda, tendo a Federação recorrido à via judicial (intimação) para garantir essa disponibilização.

JMC
fotos: RR

ECD — AS REIVINDICAÇÕES

A Fenprof defende, para a carreira docente:

- a eliminação da discriminação de docentes em função da natureza do vínculo, o que implica o fim das diferenças salariais entre docentes de carreira e docentes contratados a termo, quando as condições relativas a habilitações e tempo de serviço forem iguais;
- uma redução significativa da duração, propondo-se a retoma, ainda que faseada, dos 26 anos que já vigoraram entre 2001 e 2006;
- a valorização de toda a escala indiciária, com particular incidência nos primeiros escalões, devendo o 1.º escalão assumir, em 2025, um valor próximo dos dois mil euros;
- a recuperação da paridade, no topo, com a carreira dos técnicos superiores da Administração Pública, cujo valor, em 2025, é de 3746,80 €;
- a consagração de impulsos indiciários semelhantes na progressão entre os vários escalões;
- a adoção de um regime de transição que tenha em conta a contagem integral do tempo de serviço de cada docente, única forma de eliminar situações injustas herdadas do passado, como ultrapassagens ou perdas de tempo de serviço.



foto: HB

Outras propostas

Igualmente importantes para a valorização da profissão, não só no aspeto material, mas, também, nos planos profissional e social, por forma a tornar a profissão docente mais atrativa e mobilizadora e para permitir aos docentes concentrarem-se no que efetivamente releva para a sua atividade e para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem são, ainda:

- a adoção de um modelo de avaliação do desempenho essencialmente formativo e desburocratizado, a par da eliminação das quotas, que são até mais penalizadoras que as que vigoram na restante Administração Pública (SIADAP);
- a aprovação de um regime específico de aposentação que tenha em conta o elevado desgaste físico e psíquico provocado pelo exercício da profissão, conjuntamente com a concretização do direito à pré-reforma, prevista na lei, mas nunca aplicada na docência;
- o reconhecimento da profissão docente como de desgaste, o direito a condições de segurança e saúde no trabalho, incluindo o pleno acesso à Medicina no Trabalho, e o direito a desligar;
- a criação de apoios para docentes que se desloquem da área de domicílio e outros incentivos de natureza diversa;
- a adoção de um regime de mobilidade por doença (MpD) que não se traduza, na prática, num concurso, mas que possa verdadeiramente prover proteção em situações de doença incapacitante do próprio ou de familiar direto a seu cargo;
- a clarificação das componentes do horário, pondo termo aos constantes abusos da componente não letiva de estabelecimento, permitindo também que as 35 horas semanais legalmente previstas deixem de ser largamente ultrapassadas, como tantas vezes sucede;
- a harmonização entre os setores de educação e ensino com a melhoria das suas condições, das reduções da componente letiva por idade e tempo de serviço;
- a melhoria do regime de faltas, férias e licenças;
- a retirada da atribuição da instrução de processos de averiguações ou disciplinares a docentes, passando tal tarefa para a IGEC ou para a DGEstE.

JMC

ECD — FEVEREIRO MÊS DE PLENÁRIOS SINDICAIS!

Os Sindicatos que constituem a Fenprof elaboraram uma proposta de revisão global do Estatuto da Carreira Docente (ECD) e convocaram o Conselho Nacional para a aprovar (7/fev). Promovem, agora, uma campanha, com centenas de plenários e reuniões sindicais, a realizar em todo o país, para que nenhum docente fique de fora e que culminará num grande plenário nacional a realizar em Lisboa (7/mar).



foto: RR

O SPN participa nesta campanha consciente de que a revisão em curso será fundamental para os docentes e para a profissão, o que exige a participação de todos os educadores e professores (sublinha-se todos) e o compromisso com a ação e a luta. Neste processo, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) escolheu a mobilidade por doença para iniciar a revisão do ECD. Embora a Fenprof não se oponha, preferia outro caminho, um que priorizasse as matérias relacionadas com a carreira e a sua valorização, já! Para isso elaborou uma proposta que servirá de base para o processo de auscultação que desenvolverá nas escolas, durante o mês de fevereiro. Serão centenas de plenários (regionais, distritais, concelhios, interconcelhios...) e reuniões de escola ou de agrupamento, para que nenhum docente fique de fora desta discussão e tenha a oportunidade de participar na proposta final da Fenprof, que será, afinal, a proposta mais consensual dos educadores e dos professores portugueses.

Toda a campanha culminará num plenário de educadores e professores com representantes de todos os agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas, a realizar no dia 7 de março, no ISCTE (15h30), em Lisboa, no qual será aprovada a proposta final, assim como a ação rei-

vindicativa em defesa de um ECD justo e valorizador da profissão.

A Fenprof discorda de uma eventual publicação de decretos-lei com partes/capítulos do ECD. A Federação entende que, após a negociação por assunto, deverá realizar-se uma revisão global das diversas soluções, a sua reordenação e, por último, a aprovação de uma versão completa, global.

Este processo, que começou da pior maneira com o MECI a querer excluir a Fenprof da negociação, suscita várias desconfianças, o que exige cuidados redobrados por parte dos docentes, como, por exemplo, os contornos do que está por trás do protocolo negocial que o MECI conseguiu impor a grande parte dos sindicatos. Uma das matérias mais importantes é o risco de o governo querer acabar com a carreira especial e passar os educadores e os professores para o regime geral, que se rege pela Tabela Remuneratória Única (TRU), subvertendo, assim, o vínculo e a ligação contratual, fragilizando o emprego e sujeitando os docentes ao regime de avaliação de desempenho que vigora nos regimes gerais (SIADAP). E não seríamos os primeiros, que o digam os enfermeiros!

RR

PROFISSÃO SEM ESTATUTO É BARCO À DERIVA

O que esperar de um estatuto que regula uma profissão? No mínimo, que valorize os seus profissionais! No caso da docência, posso afirmar que as sucessivas alterações ao Estatuto da Carreira Docente (ECD) ignoraram a realidade vivida nas escolas. Por exemplo, no DL41/2012, afirma-se pretender a “efetivação de um ambiente de estabilidade e de confiança nas escolas e a desburocratização dos métodos de trabalho”. Ora, a realidade mostra o falhanço total destes dois aspetos: primeiro, não há estabilidade do corpo docente na maioria das escolas, existindo a necessidade de se recorrer a docentes contratados para colmatar a falta de professores; segundo, no trabalho dos docentes, o ECD prioriza a burocracia sobre a qualidade do ensino, pois tem crescido de forma desproporcional, tornando-se uma sobrecarga tal, que retira energia e foco à prática pedagógica.

Cristina Mendes

Sócia n.º 20864, AE Vila Pouca de Aguiar

Uma profissão sem um Estatuto próprio é um barco à deriva, perdido entre normas, decretos e portarias, gerador de insegurança e desinformação. Foram muitos os anos de luta que educadores e professores tiveram de travar até se conseguir um Estatuto da Carreira Docente (ECD) que, para além de consagrar os seus direitos e deveres, contribuisse para a dignificação e a valorização da profissão. A estrutura da carreira, as férias, faltas e licenças, os vencimentos, a avaliação de desempenho, os horários de trabalho, a formação contínua, os concursos... são pilares de extrema importância para a nossa profissão que não podem ser negociados entre pingos de chuva. Nestes tempos de mudanças, é imperioso voltar à luta. Não podemos permitir que seja aprovado um documento que venha debilitar as condições de trabalho, destruir a carreira e desacreditar a nossa profissão.

Maria Manuel Cerqueira Nande

Sócia n.º 16990, AE Monção

O Estatuto da Carreira Docente (ECD) consagra propósitos almejados desde 1970 pelos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário. O ECD, em processo de revisão, ainda constitui uma dessas inerências ideológicas que importa defender e preservar. Também por isso, aos novos educadores e professores entrega-se, como legado profissional, uma gigantesca responsabilidade. Os estatutos de carreira especiais não são especiais por serem especiais os profissionais que lhes estão cometidos. São especiais, porque são pilares da Democracia e do Estado Social. Por razões de fundo constitucional e social, é impensável conceber-se uma profissão docente entalada entre os confrangimentos funcionais, remuneratórios e organizacionais, generalizados para outras áreas da Administração Pública.

Paulo Duarte

Sócio n.º 29842, AE Dr. Serafim Leite (São João da Madeira)

Neste processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), considero que a maioria dos/as professores/as anseia por um rejuvenescimento do corpo docente. Imperativo fundamental, penso que terá de haver uma valorização da profissão, um incentivo à formação de jovens professores/as e, conseqüentemente, a organização de mecanismos que permitam o acesso à aposentação com dignidade e sem penalizações, a todos os docentes que, cumprindo uma carreira física e emocionalmente desgastante, atinjam os 40 anos de serviço. Por outro lado, temos de continuar a insistir na reivindicação de condições dignas do trabalho semanal, nomeadamente a definição muito clara e objetiva das diferentes componentes do horário, sendo que todo o trabalho com alunos/as deve ser considerado dentro da componente letiva.

Rosa Oliveira

Sócia n.º 2161, AE Águas Santas (Porto)

O Estatuto da Carreira Docente (ECD) deve garantir justiça e transparência! Exige-se limitação de mandatos aos órgãos eleitos, sendo que estes e os designados para as estruturas superiores e intermédias devem ser avaliados pelo regime especial. A distribuição do serviço letivo deve respeitar a graduação e idade dos docentes. A avaliação de desempenho docente (ADD) deve ser feita pelos coordenadores de departamento, focando-se apenas na dimensão curricular / pedagógica e na formação contínua, deixando todo o circo caseiro fora da ADD.

Antónia Ribeiro

Sócia n.º 25580, AE D. António Taipa (Freamunde)

A negociação do Estatuto da Carreira Docente (ECD) não é apenas uma reivindicação setorial, mas a garantia de um ensino de qualidade e de uma educação mais justa e eficaz. A ação de professores valorizados, respeitados e com condições dignas de trabalho tem reflexo direto na qualidade da aprendizagem dos alunos e no desenvolvimento da sociedade. É essencial o debate responsável.

Teresa Paula Mourão Seixas Silva

Sócia n.º 26166, AE Teixeira Pascoaes (Amarante)

A revisão do ECD necessita de um elevado envolvimento de todos os educadores e professores. A valorização da carreira docente é urgente e os docentes têm de exigir respeito pela sua ação educativa. Enquanto professora do 1.º CEB, tenho esperança de que, desta vez, se efetivará uma carreira docente única, em direitos e deveres. Os docentes em monodocência têm um horário letivo demasiado elevado: 25 horas, correspondente a 1500 minutos. Esta carga horária, com uma distribuição diária de manhã e de tarde, acrescida de todo o trabalho burocrático e preparação da componente letiva, está a gerar adoecimento físico e mental dos docentes, tendo como consequência o afastamento de muitos por motivos de saúde.

Zita Regente

Sócia n.º 17938, AE Vila Flor

EBS FREAMUNDE

*Combater
a falta de professores*

**VALORIZAÇÃO,
JÁ!**

**Profissão com futuro.
Educação Pública de qualidade.**



15
Congresso Nacional
dos Professores

em alta resolução

foto: PC

MUSEU DA CIÊNCIA NA RODRIGUES DE FREITAS (PORTO)

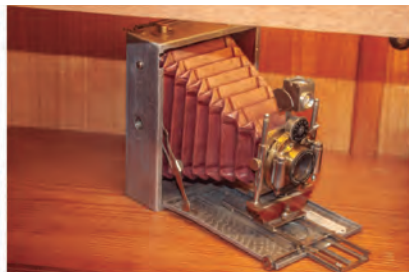
Na escola Rodrigues de Freitas, em aproximadamente 160 metros quadrados, há todo um mundo de ciência, em forma de museu, por descobrir.

Planetários, herbários, animais taxidermizados, modelos botânicos, estereoscópios, quadros parietais e ilustrações, exemplares de instrumentos de física e química, esqueletos, caveiras, régulas de cálculo... Tudo muito bem catalogado e identificado, a ameaçar o transbordo do espaço. Aliás, a falta de espaço é um problema que Ana Bela Saraiva, diretora do museu, tem atualmente em mãos, pois “no arquivo, lá em baixo, ainda há imensas peças dos séculos XIX e XX!”.

O Museu da Ciência existe desde que começou a funcionar o Liceu Nacional do Porto — do qual a Escola Secundária Rodrigues de Freitas é herdeira —, em 1840, ano em que o seu atual patrono nasceu, embora funcionando em outros locais, uma vez que a sua instalação definitiva só se deu em 1932. Na época, a exibição da coleção cumpria a função pedagógica de proporcionar aos alunos observações que de outra forma não teriam. Sucessivas mudanças de instalações do liceu, bem como as mais recentes obras de remodelação da escola, fizeram com que as peças do museu clássico fossem guardadas, muitas vezes sem uma organização sistemática. Em 2022, quando Ana Bela Saraiva, Rosa Costa e Luísa Teixeira assumiram a responsabilidade de dinamizar o museu, perceberam logo o valor daque-

le acervo e a importância de o preservar, catalogar e mostrar. Nesta aventura, que está agora em plena marcha, vão “desenterrando” peças, registos e documentos, que, num processo quase detetivesco, se esforçam por identificar e caracterizar.

Sendo uma tarefa de grandes proporções, a opção foi começar pelos objetos do espólio, deixando, para já, a documentação histórica, pessoal e institucional, apesar da inevitável pesquisa a este nível, já que muita da informação sobre as peças é aí recolhida. De facto, os cadastros do material, que se encontram no acervo da escola, permitem saber, por exemplo, que em 1935 foram compradas muitas peças, entre as quais o enorme crocodilo que integra a atual exposição, por 800 escudos.





Luísa Teixeira e Ana Bela Saraiva

Os chamados catálogos, dos quais é exemplo o de 1916, do professor Álvaro Machado, têm inventários de todo o material e têm servido de base, a par de outros registos, para a identificação das peças. Nestas pesquisas foram encontrados, por exemplo, os livros de ponto de Augusto Luso, professor de Geografia no Liceu Central do Porto, naturalista e responsável pelo museu e registos de frequência, como aluno, de Ferreira da Silva, eminente químico e professor universitário.

As áreas científicas nas quais se inserem os objetos do espólio incluem a botânica, a zoologia, a eletricidade, a mecânica, o eletromagnetismo, a ótica, a acústica, a química, a mineralogia, a cristalografia e a astronomia, entre outras. Ana Bela Saraiva entusiasma-se a contar a história de cada uma das peças, enquadrando-a no contexto da época, revelando peripécias e ligações descobertas sobre todas elas, e contribuindo, assim, para a construção de um retrato científico, histórico e pedagógico da escola em Portugal.

Uma das peças icónicas do museu é um planetário de corda que foi integrado na coleção, em 1916, através da distribuição feita pela então chamada Comissão Jurisdicional dos Bens da Igreja, do espólio de um colégio espiritano encerrado na sequência da implantação da república e consequente laicização do Estado.

Outra das peças interessantes do museu foi criada por Augusto Luso: um herbário, vencedor do 1.º prémio num concurso / exposição que decorreu no Palácio de Cristal em 1877. Com uma dimensão invulgar, é dactilografado, refere o nome científico das plantas, a identificação do local de colheita, e contém exemplares com características que são já difíceis de encontrar nas espécies atuais. As responsáveis pelo museu referem que este herbário foi agora enriquecido através de um projeto com alunos da escola na disciplina de Biologia.

De grande beleza são também os modelos Brendel, produzidos desde finais do século XIX, em papier-mâché, representando fungos, musgos, fetos e plantas “superiores”, com ampliações até cerca de 4000 vezes. Um destes modelos, presente no museu, é do fungo *Claviceps purpurea*, o esporão-do-centeio, de onde se extrai o LSD, que se supõe ter originado os sintomas que levaram à acusação das Bruxas de Salem e que por cá ficou conhecido como “ouro-negro da Galiza e Norte de Portugal”. Foi também com estes modelos que o museu contribuiu para a comemoração, na escola, dos 500 anos do nascimento de Camões, expondo “As plantas na obra de Camões”.

Sem ver a luz do dia continuam, no entanto, para além de objetos que ainda irão para este museu, ambrótipos, fotografias e filmes (alguns já disponíveis na Mapoteca), bem como documentação oficial e registos escolares, em enormes livros, nos quais o pó encobre nomes de personalidades que entretanto se vieram a destacar. Assim, apesar do muito já feito, há ainda muito por descobrir e muito por tratar. Nesse propósito, há também o desejo de o fazer com os alunos, em projetos que os levem a deslumbrar-se com esta forma de aprender ciência, história e cultura e a participar na transformação da “sua” escola, num verdadeiro exercício de cidadania.

O Museu da Ciência tem vindo a envolver cada vez mais a comunidade educativa, nomeadamente através da possibilidade de visita, mediante agendamento, no site do Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas. Aí, pode-se encontrar a descrição do acervo do museu, a Mapoteca, um repositório digital da coleção de mapas e cartas da escola (com algumas fotografias e filmes), uma das maiores e mais diversas do país, que permite a consulta e o *download*

MC

fotos: RR

O PAPEL DA MEDICINA DO TRABALHO NA MODERAÇÃO DO SERVIÇO DISTRIBUÍDO AOS DOCENTES

A atividade docente é cada vez mais exigente e, como é de conhecimento público, a classe encontra-se cada vez mais envelhecida. Esta dinâmica tende a agravar-se, atento o constante e previsível aumento da idade legal de acesso à pensão de velhice. Como tal, assistimos hoje à difícil realidade de muitos docentes, confrontados com horários e distribuições de serviço que não têm capacidade de suportar, atentas as suas naturais limitações de saúde. Trata-se de docentes que pretendem trabalhar, que se encontram aptos para o efeito, mas cuja situação de saúde leva a que não consigam suportar a realização de trabalhos fisicamente exigentes.

Está garantido aos docentes (sejam eles do setor público ou do particular e cooperativo) o direito à prestação do trabalho em condições que respeitem a sua segurança e a sua saúde. Tal decorre das obrigações gerais do empregador relativas à promoção da segurança e da saúde no trabalho consagrado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, por remissão, no caso do empregador público, do artigo 4.º n.º 1 alínea l) e do artigo 16.º-A da LTFP.

Será o médico especialista de medicina do trabalho a entidade competente para recomendar, em concreto, os serviços que poderão e/ou não poderão ser atribuídos a cada docente, atenta a especificidade da sua situação clínica e das funções que desempenha. O dirigente máximo do órgão ou serviço onde o docente exerce deve providenciar, para o efeito, a disponibilização do seu próprio médico de Medicina Ocupacional ou, caso não disponha de médico próprio, a contratação externa de um médico habilitado para este efeito (através da marcação de uma consulta em clínica da especialidade), sob pena de incorrer em responsabilidade contraordenacional e civil pelos danos que vier a causar na sua saúde.

Devem, neste âmbito, ser realizados os seguintes exames de saúde:

- a) exames de admissão, antes do início da prestação de trabalho ou, se a urgência da admissão o justificar, nos 15 dias seguintes;
- b) exames periódicos, anuais para os menores e para os trabalhadores com idade superior a 50 anos, e de 2 em 2 anos para os restantes trabalhadores;

- c) exames ocasionais, sempre que ocorram alterações substanciais nas componentes materiais de trabalho que possam ter repercussão nociva na saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao serviço depois de uma ausência superior a 30 dias por motivo de doença ou acidente.

No dia 21 de outubro de 2024, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação publicou, finalmente, uma nota informativa sobre o tema, dirigida à situação dos docentes do setor público. É de louvar esta iniciativa, atenta a resistência que tantos docentes vinham encontrando por parte dos Diretores dos seus agrupamentos de escolas, que demonstravam desconhecimento das obrigações que sobre si recaíam nesta matéria e indeferiam os seus pedidos.

Na consulta de Medicina do Trabalho, o médico emite uma Ficha de Aptidão para o Trabalho, a qual declara a aptidão ou inaptidão do docente e formula recomendações que incidem sobre o posto de trabalho e sobre o modo de exercício das funções. Tais recomendações são obrigatórias e condicionam o diretor no momento de distribuição do serviço (se a consulta ocorrer no decorrer do ano letivo, poderão mesmo implicar alterações no horário ou no serviço já distribuído ao docente). Poderão as mesmas passar por uma redução ou dispensa da carga letiva do docente, pela reorganização dos seus tempos ou espaços de trabalho, entre outras.

Alertamos para a importância de cada docente fazer a melhor gestão possível da conciliação dos seus direitos ao trabalho e à saúde. Caso detete algum incumprimento/resistência quanto à sua efetivação, deverá contactar o SPN.

Filipa Pintalhão
Gabinete Jurídico



Teresa Maia Mendes Sindicalista militante!

Sindicalista militante, desde que o 25 de Abril trouxe a liberdade sindical e a possibilidade da existência de sindicatos livres e independentes, a Teresa esteve na fundação do primeiro sindicato dos professores no Norte, chamado Sindicato dos Professores do Norte (legalizado como Sindicato dos Professores da Zona Norte). Sócia fundadora n.º 11 do SPN (1982) foi dirigente desde então até 2024. Neste percurso de mais de quatro décadas, deixou uma marca indelével no sindicalismo docente. De fortes convicções, determinada na defesa das causas que abraçou, afirmativa, assertiva e categórica, a Teresa prestigiou o Sindicato, conferiu-lhe dignidade e credibilidade.

A Teresa Maia Mendes concluiu o curso do Magistério Primário em 1951, ano em que começou a lecionar. Depois, fez o curso de Educação e Ensino Especial, tendo desempenhado funções de coordenação de equipas e de formação

de professores. Trabalhou 35 anos na escola da Praça da Alegria, de que foi diretora e onde criou a primeira associação de pais do ensino primário do Porto e conseguiu abrir uma cantina para crianças carenciadas.

Em 1982, esteve na criação do SPN e, um ano depois, na fundação da Fenprof, tendo pertencido ao Secretariado e ao Conselho Nacional, onde foi coordenadora da Educação Especial. Integrou o Departamento de Aposentados da Fenprof e a InterReformados, da CGTP-IN. Aposentada desde 1993, continuou a trabalhar no SPN, desempenhando funções nas mais diversas áreas — Educação Especial, Ensino Particular e Cooperativo, IPSS, Misericórdias, Departamento dos Professores Aposentados e, até, responsável pelo condomínio da Sede central do Sindicato...

MM/RR
fotos: HB



Quando o mau feitiço é vencido pelos afetos

A Teresa entrou na minha vida com o impacto de um furacão em 1982. Sobrevivi ao primeiro impacto e, aos poucos, o furacão virou brisa. Uma suave brisa! E depois, houve a Teresinha frágil. Muito frágil. Aquela que vinha ao Sindicato em busca de afetos e carinhos.

Trabalhar com a Teresa no dia-a-dia era dose! Coisa intensíssima. Ela exigia de nós tudo o que tínhamos e o que não tínhamos. Não admitia uma falha, por mínima que fosse. Coisa do demónio! Até que, aos poucos, fui descobrindo que, afinal, sempre que nos ralhava e virava costas, pasme-se, ia de sorriso no rosto... Aí percebi que, afinal, ela não era má — fazia-se de má! O demónio, afinal, tinha pés de barro! A partir de então, quando ela me ralhava, quem sorria era eu. E ela ficava desarmada. Completamente!

Os anos foram passando e a ligação emocional foi sendo inevitável. A Teresa fazia-me lembrar a minha mãe. Muito! Quando nasceu a minha filha, a Teresa adotou-a como neta. É verdade! A Sofia dizia a toda a gente que tinha 3 avós. A Teresa era a avó do Sindicato. Sempre que entrava na minha sala, lá vinha a pergunta fatal: como é que está a minha neta? Tens tratado bem dela? Tu, vê lá, não quero ouvir queixas, ouviste? E em todos os aniversários, era sagrado: a Sofia recebia um telefonema da avó do Sindicato. Nunca falhava!

Ora, deu-se o caso de o Sindicato mudar de instalações. Estávamos em 1995 e a morada do SPN passou a ser Edifício Cristal Park, novinho em folha. Foi, naturalmente, preciso criar o condomínio. Quem o faria e quem o haveria de gerir? A Teresa, pois claro! E ela nem pestanejou. Aceitou logo o desafio. Ui, ainda me lembro: foi um processo gigante, complicado e difícilíssimo, porque envolvia as lojas do centro comercial. Não tive hipóte-

ses de fuga: tive de acompanhar todo o processo, pois era a mim que ela recorria para o devido apoio administrativo. Dele, foi administradora anos e anos. E, claro, como em tudo em que se metia, foi contestada, admirada, impugnada, reverenciada... mas sempre respeitada. Nunca ignorada! Em 2017, calhou-me assumir o lugar da Teresa no condomínio, em representação do Sindicato. Na altura, o condomínio era administrado por uma empresa, e, tenho de confessar, estou-lhe grata, muito grata, por tudo o que ela me ensinou. Decididamente, foi o maior e mais importante contributo que recebi e que me permite, hoje, ter boas ferramentas para laborar nesta área tão exigente e tão difícil.

A Teresa também me procurava para a apoiar nas questões de organização dos professores aposentados. Era inevitável: aquando das viagens ou do Almoço de Reis, havia toda uma logística para montar. E ela queria saber, sempre, a minha opinião de *especialista*! Eu, orgulhosa, sempre lha dava. Dava-a com satisfação e prazer, porque sentia que a minha opinião era tida em boa conta e consideração.

E depois, *houve* a Teresinha frágil. Muito frágil. Aquela que vinha ao Sindicato em busca de afetos e carinhos. Todas as semanas, lá vinha ela à minha sala, com beijinhos e abraçinhos que me vão ficar para a vida. Para toda a vida! E de que vou sentir falta. Muita falta!

Teresa Veloso



E a nossa Teresa sempre lá estava. Sempre lá esteve!

A vida tem-nos levado demasiados/as colegas sindicalistas. Provavelmente, os mais velhos, como eu, sentem mais essa perda. Há tantas recordações que guardamos deste mundo atribulado do sindicalismo docente! Umas vibrantes, plenas de emoção das lutas pequenas e grandes, que fomos somando por esse tempo fora, outras em que aprendemos a trabalhar, lado a lado, construindo opinião, promovendo consensos, em tantos momentos nem sempre fáceis do nosso percurso!

Desde os primeiros passos para construir um sindicato de professores, porque *Abril* abriu as portas ao sindicalismo docente, passando pela dura luta de constituir um novo sindicato, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), a *nossa* Teresa tinha a marca da mulher combativa, sempre disposta a defender a escola pública, democrática e inclusiva, como deve ser, os direitos dos docentes do particular e cooperativo, os mais jovens e os mais velhos.

Controversa, assertiva nas suas mais profundas convicções, foi um rosto sempre presente, uma sindicalista sempre ativa, com uma força interior e uma paixão arrebatadora pelas causas que defendia, durante toda a sua longa vida!

A Teresa ficará sempre na nossa memória e no nosso coração!

Manuela Silva

O que ela decidisse estava decidido!

Foi pela sua mão da Teresa que iniciei a minha atividade sindical como dirigente do Ensino Particular e Cooperativo (EPC). Com ela representei o SPN na Fenprof e na Comissão Negociadora Sindical, apesar de algumas resistências que surgiram pelo caminho. No entanto, para a Teresa isso não era problema, pois o que ela decidisse estava decidido!

É inegável que a Teresa sempre foi uma dirigente muito ativa e determinada, de fortes convicções. Defendia com unhas e dentes as causas que abraçava. A vontade de intervir estava-lhe no sangue, na sua maneira de ser. Dominava como ninguém a legislação laboral, o que fazia dela uma excelente negociadora nas mesas negociais com o sempre difícil e complicado patronato. Durante décadas, lutou de forma abnegada, aguerrida e categórica por melhores condições de vida e de trabalho para dezenas de milhares de educadores e professores desfavorecidos por um sistema injusto e explorador.

Ao longo dos tempos, estabelecemos uma relação de amizade, muito para além do sindicalismo. Sempre lhe fui grato por tudo o que me ensinou e pelos valores sindicais e pessoais que me transmitiu e que eu tentei colocar ao serviço do Sindicato e dos docentes do EPC, IPSS e Misericórdias nos últimos anos.

Obrigado, Teresa, por tudo. Até sempre!

Adriano Costa

Come esparregado, pá!

A Teresa Maia Mendes era uma destacada e histórica dirigente do SPN, e da Fenprof, quando a conheci. Já lá vão cerca de 30 anos, e desde logo a sua firmeza de convicções e sobretudo a sua energia logo me impressionaram, até tendo em conta os também 30 anos de diferença de idades que nos separavam. Uma energia que manteve praticamente até último suspiro.

No final da primeira década deste século, partilhámos trabalho e responsabilidades, no SPN e na Fenprof, no âmbito do Ensino Particular e Cooperativo, incluindo IPSS e Misericórdias, o que implicou a presença conjunta em muitas reuniões e dezenas de viagens a Lisboa, quase sempre com a Conceição Peixoto, ao tempo também com responsabilidades no setor.

Trabalho à parte, permitam-me recordar com saudade os nossos pequenos-almoços na área de serviço da Mealhada – onde ninguém mais parava – e os nossos jantares no Colina, onde ela me conseguiu convencer a tentar gostar de algo que eu não provava desde a adolescência: esparregado! Em boa hora o fez e eu assenti, pois o mesmo é hoje mais uma de muitas iguarias que adoro e que perdi durante demasiado tempo.

Teresa, tu eras mesmo uma criatura muito especial e deixas muitas saudades...

José Manuel Costa



Teresa, uma força da natureza

“Teresa, vais a 170”. “Eu sei”. “Mas já pensaste que, se a polícia te manda parar podes ficar sem carta?”. A Teresa Maia Mendes era assim na vida: gostava sempre de ter o volante na mão e ela é que a conduzia.

Poucos terão a possibilidade de dizer que a Teresa os escolheu. Eu sou uma desses poucos. Foi a Teresa quem me escolheu para a substituir na Coordenação do Departamento do Ensino Particular e Cooperativo, no SPN. Passamos a ser companheiras nas deslocações a Lisboa para negociação e nas reuniões com professores.

Tendo partido o nariz antes de ir para uma reunião de negociação disse-me: “Leva-me mas é a uma loja de chineses para comprar uns óculos que me tapem esta cara”. O simples facto de eu lhe ajeitar a almofada na cama para pousar melhor o pescoço era motivo para que esquecesse qualquer divergência na conversa que estívéssemos a ter. Chegamos a parar na Foz do Arelho para apanhar conchas... Dona de uma personalidade e feitio muito peculiares, nem sempre foi compreendida.

Vou ter saudades tuas, Teresa.

Júlia Vale

Teresa, sindicalista e amiga

O impacto da Teresa Maia Mendes no movimento sindical, na Educação Especial, no setor Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias, será sentido por muitas gerações. O seu legado é um testemunho do poder da dedicação, da paixão e da amizade. A Teresa ensinou-nos que, com determinação e compaixão, podemos fazer a diferença na vida dos outros e construir um futuro mais justo e inclusivo.

A sua memória continuará a inspirar todos aqueles que tiveram o privilégio de a conhecer e de trabalhar ao seu lado. A Teresa Maia Mendes não foi apenas uma sindicalista exemplar, mas também uma amiga insubstituível, cuja influência positiva perdurará para sempre.

Descansa em paz, Teresa. O teu espírito viverá eternamente nos corações daqueles que tiveram a sorte de cruzar o teu caminho.

Conceição Peixoto

MpD — PELO FIM DO MODELO CONCURSAL

A mobilidade por doença (MpD) foi estabelecida pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) como a primeira matéria objeto de negociação no âmbito do processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), integrando-se no capítulo mais abrangente das mobilidades. A este respeito, o SPN concorda com a possibilidade de o ECD prever expressamente a existência de um regime de MpD, assim como a regulamentação deste em diploma próprio.

O SPN espera que a prioridade dada à revisão da MpD possa ser um primeiro passo para concretizar, efetivamente, o direito de proteção na doença que, desde a publicação do DL41/2022, tem tido uma aplicação desigual e discriminatória, tendo deixado de fora milhares de docentes cuja condição de doença (ou a dos familiares a seu cargo) justificava inequivocamente a concessão de mobilidade, prejudicando, assim, não só os requerentes, mas também as escolas em que os mesmos poderiam exercer, sendo, por vezes, forçados a entrar em baixa médica, depois de impossibilitada a sua mobilidade.

Ora, para que a proteção em situação de doença incapacitante seja mesmo realidade e não mera retórica, o SPN defende que o regime a instituir deverá:

- eliminar a referência a uma distância mínima face à colocação pretendida;
- deixar de assumir a forma de um concurso, em que as colocações dependem da existência de um número limitado de vagas por agrupamento de escolas ou escola não agrupada e grupo de recrutamento;
- alargar a possibilidade de requerer MpD a quem tenha outros familiares a cargo com doença incapacitante comprovada (para além de cônjuge ou pessoa com quem vivem em união de facto, filho ou equiparado e parente ou afim no 1.º grau da linha reta ascendente);
- permitir que não seja atribuída componente letiva ou que o horário de trabalho possa ser a tempo parcial e a atribuição de serviço compatível com a recomendação médica.



O SPN considera urgente:

- a consideração de doenças incapacitantes que não constam da lista do Despacho Conjunto n.º A-179/89-XI, de 22 de setembro;
- a definição de uma lista de doenças profissionais que afetam o pessoal docente, tarefa que deverá ser cometida à Medicina do Trabalho;
- o estabelecimento de legislação sobre Segurança e Saúde no Trabalho.

De entre as propostas apresentadas pelo MECI, há algumas que merecem concordância do SPN (ainda que parcial), como por exemplo:

- a confirmação dos requisitos da MpD ser garantida por junta médica, podendo esta ocorrer tanto na fase de pedido, como após a sua autorização;
- o requerimento de MpD poder ser apresentado em qualquer momento, até final do ano letivo (o SPN discorda da dependência de vaga);
- a mobilidade pode ser automaticamente renovada, até dois anos, caso se mantenha a situação que a desencadeou (o SPN discorda da sujeição a uma alegada necessidade da escola).

JMC

PROFESSORES DEFENDEM DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

Em conferência de imprensa, realizada no dia 6 de fevereiro, a Fenprof divulgou as conclusões do inquérito sobre autonomia e gestão das escolas, que recolheu milhares de respostas de todos os distritos do continente. Os resultados não deixam dúvidas – os educadores e os professores portugueses defendem a gestão democrática. E contrariam, claramente, a posição do Conselho das Escolas, que pretende reforçar, ainda mais, o poder do diretor.



Quadro 1 — Inquéritos / Distrito

| | | |
|-------------------|------|--------|
| Aveiro | 421 | 5,87% |
| Beja | 128 | 1,79% |
| Braga | 287 | 4,00% |
| Bragança | 156 | 2,18% |
| Castelo Branco | 333 | 4,65% |
| Coimbra | 358 | 4,99% |
| Évora | 173 | 2,41% |
| Faro | 431 | 6,01% |
| Guarda | 308 | 4,30% |
| Leiria | 306 | 4,27% |
| Lisboa | 770 | 10,74% |
| Portalegre | 88 | 1,23% |
| Porto | 1530 | 21,34% |
| Santarém | 137 | 1,91% |
| Setúbal | 443 | 6,18% |
| Viana do Castelo | 151 | 2,11% |
| Vila Real | 473 | 6,60% |
| Viseu | 670 | 9,35% |
| Não identificados | 5 | 0,07% |
| Total | 7168 | 100% |

O inquérito foi promovido na sequência do anúncio do governo de que, no decurso deste ano letivo, irá proceder à alteração do atual regime de gestão. Considerando fundamental tornar clara a posição dos professores sobre o que defendem que seja mudado no atual regime e o que recusam que lhes seja imposto, a Fenprof realizou esta consulta, em que participaram 7168 professores, de centenas de agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, dos 18 distritos do continente (ver quadro 1).

No inquérito, entre outros aspetos relacionados com a constituição do órgão de gestão das escolas, bem como das estruturas intermédias de gestão, a Fenprof questionava também os educadores e os professores sobre a intenção do governo de criar o estatuto de diretor, o reforço da gestão dos professores pelas escolas, a introdução de critérios como a residência ou a avaliação do desempenho no processo de recrutamento de docentes, a transferência de mais competências para os municípios. As respostas não deixam dúvidas quanto ao grau de identificação dos professores com os princípios que enformam as propostas da Fenprof para a organização do sistema educativo e das escolas, que vão da matriz de direção e gestão da escola (assente na elegibilidade dos órgãos, na colegialidade do seu funcionamento e na participação da comunidade escolar na tomada de decisão) à rede escolar e

Quadro 2 — Sobre o regime de autonomia e gestão das escolas

| | |
|-----|--|
| 93% | O órgão de gestão deve ser colegial (equipa eleita por lista). |
| 93% | O órgão de gestão deve ser eleito por todos os professores/educadores, funcionários e representantes dos encarregados de educação e alunos. |
| 95% | Os coordenadores dos departamentos devem ser escolhidos por eleição de todos os que fazem parte de cada departamento. |
| 87% | Os coordenadores dos diretores de turma devem ser escolhidos por eleição de entre os docentes que são diretores de turma. |
| 83% | A criação de (mega)agrupamentos teve como consequência a formação de unidades orgânicas desumanizadas e sem qualquer racionalidade pedagógica. |
| 90% | A descentralização da administração educativa deve ser feita pela transferência de competências para Conselhos Locais de Educação e pelo reforço da autonomia das escolas. |
| 82% | A autonomia das escolas deve assentar no reforço de poderes de decisão na área da direção e gestão pedagógicas. |

Quadro 3 — Sobre as intenções expressas no programa do governo

| | |
|-----|---|
| 86% | Discordam do estabelecimento do estatuto de diretor de escola, que inclua um modelo especial de remuneração e de avaliação. |
|-----|---|

a perspetivas de autonomia e descentralização. Sem retirar importância a outras questões, destacam-se as que obtiveram percentagens de resposta acima de 80% (ver quadros 2 e 3).

Sobre o parecer do Conselho de Escolas

Decorria o prazo de recolha do inquérito, quando foi tornado pública a Recomendação n.º 01/2024 do Conselho das Escolas (CE), relativa à revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) e ao modelo de Autonomia, Administração e Gestão das escolas. Alguns dos pontos dessa recomendação, configurando o reforço das competências e da autonomia do diretor, estão nos antípodas do que os educadores e os professores defendem neste inquérito. Das respostas pode inferir-se que os professores estão inequivocamente contra várias das pretensões do CE: 93% rejeitam a manutenção de um órgão unipessoal de direção executiva; 93% rejeitam que o diretor passe a ser escolhido através de um procedimento concursal; 95% rejeitam a designação direta pelo diretor dos cargos de liderança intermédia (coordenador de escola, coordenador de departamento, subcoordenador, etc.); 88% rejeitam que o diretor possa recrutar diretamente uma percentagem do corpo docente.

Proximamente, a Fenprof apresentará as conclusões desta consulta ao ministro da Educação, exigindo que sejam tidas em conta no processo de revisão do atual regime de gestão. Levando em linha de conta as declarações da equipa ministerial a respeito da importância dos professores e do respeito que lhes é devido, será incompreensível que o MECl legisle ignorando ou contrariando as posições dos docentes. Fernando Alexandre tem, agora, uma oportunidade de provar que essas declarações não são mera retórica ou palavras de circunstância.

MM

Sabia que...

O Conselho das Escolas (CE), reunido em dezembro de 2024, elaborou as seguintes recomendações ao ministro da Educação, Ciência e Inovação, relativas à revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) e do modelo de Autonomia, Administração e Gestão das escolas / Estatuto do Diretor:

- a manutenção de um órgão unipessoal (diretor), que possa escolher a sua equipa toda com elementos externos à escola?
- o reforço das competências e autonomia do diretor, nomeadamente:
 - na contratação de professores (possibilidade de recrutar diretamente uma percentagem do corpo docente)?
 - na designação direta dos cargos de liderança (coordenadores de departamento, subcoordenadores, etc.)?
 - na avaliação de desempenho docente (feita exclusivamente pelo diretor e pelo coordenador de departamento, por ele designado)?
- a valorização dos cargos (designados diretamente pelo diretor) para a progressão na carreira?
- a seleção do diretor através de concurso, e não de eleição?
- o fim da intervenção do Conselho Geral na avaliação de desempenho do diretor?
- a prorrogação dos mandatos de diretores que cessariam em 2025, sem eleições?

IPSS — PELA VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

2025 iniciou-se com uma forte demonstração de luta por parte dos trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que, no dia 22 de janeiro, realizaram uma greve nacional, com concentração junto à Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS).

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) marcou presença nesta jornada de reivindicação, exigindo a negociação do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) do setor. Entre as principais exigências, está a contagem do tempo de serviço dos educadores de infância em valência de Creche para efeitos de progressão na carreira. Esta situação, que deveria ter sido resolvida há muito, arrasta-se há 19 anos, configurando uma gritante discriminação face aos educadores em Jardim-de-Infância. Não se podem aceitar mais adiamentos! Se o tempo de serviço é reconhecido para efeitos de graduação em concurso público, então, também deve ser considerado para progressão na carreira.

A CNIS tem procurado justificar a sua inércia alegando falta de decisão do governo sobre os protocolos de cooperação para as IPSS, tentando, assim, postergar a negociação da convenção coletiva. Todavia, os trabalhadores não podem ser penalizados por esta estratégia! Há uma necessidade evidente e urgente de melhorar as condições de trabalho nas IPSS. Esta luta há de continuar até que a CNIS e o governo tomem as necessárias medidas para garantir justiça e dignidade aos trabalhadores.



EAE — UMA PROFISSÃO DESVALORIZADA

Os docentes do Ensino Artístico Especializado do Ensino Particular e Cooperativo (EAE/EPC) reuniram-se em Plenário Nacional, no dia 1 de fevereiro, para discutir a sua situação laboral e profissional. Do plenário resultou uma Resolução aprovada (ver QR Code) por unanimidade e assente no mote de que é essencial melhorar as condições de trabalho e de carreira, alterar o modelo de financiamento dos Contratos de Patrocínio e valorizar a profissão.

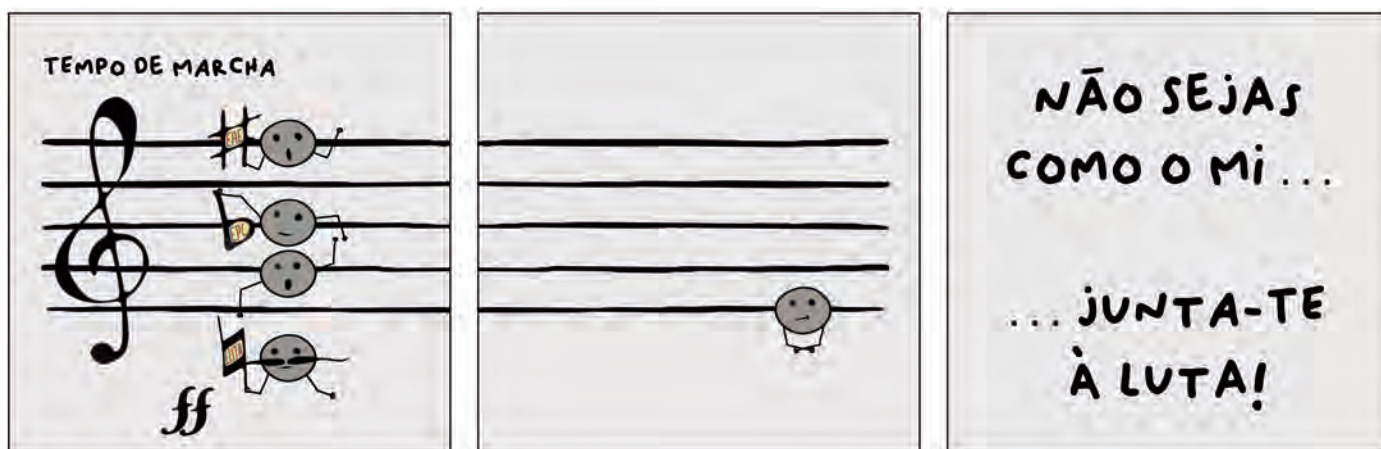
O EAE, na vertente privada, desempenha um papel fundamental na oferta artística, com cerca de 140 escolas, o que contrasta com as 10 escolas públicas. No entanto, os docentes deste setor continuam a enfrentar precariedade, baixos salários e um modelo de financiamento inadequado, que se mantém inalterado desde 2015, penalizando os docentes com mais antiguidade.

O atraso na abertura dos concursos para atribuição de financiamento e a falta de transparência no processo só agravam a instabilidade e a incerteza vividas no setor. Além disso, o atual contrato coletivo de trabalho (CCT) impõe um horário letivo de até 29 tempos, muito superior ao de outros docentes do EPC, resultando numa perda de rendimento de cerca de 20%.

Ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) foi solicitada pela Fenprof, em dezembro, uma reunião para discussão das questões relacionadas com o financiamento e a reposição do escalonamento dos Contratos de Patrocínio.

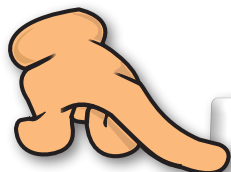
A mobilização e a união dos trabalhadores são fundamentais para garantir a valorização das suas carreiras e condições de trabalho. O SPN e os docentes não aceitam mais discriminações, precariedade ou adiamentos injustificáveis.

CM



VALORIZAR OS DOCENTES DA EPE E DO 1.º CEB

O Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) deu início a um processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), no qual o exercício da profissão em regime de monodocência, que se reveste de características específicas, estará em equacionamento. Como é sabido, algumas das características associadas à monodocência têm vindo a provocar um crescente desgaste que está a deixar os educadores e os professores à beira da rutura. Os problemas acumulam-se e os sucessivos governos teimam em ignorá-los e recusam-se a resolvê-los.



ABAIXO-ASSINADO

Educação Pré-Escolar
e 1.º Ciclo do Ensino Básico

Por melhores condições de trabalho

Os Sindicatos que constituem a Fenprof elaboraram duas cartas reivindicativas: uma sobre a Educação Pré-escolar (EPE) e outra sobre 1.º Ciclo do Ensino Básico (1.º CEB). E um abaixo-assinado que denuncia muitas das injustiças que afetam estes setores de educação e ensino e pugna por reivindicações mais adequadas às novas realidades dos jardins-de-infância e das escolas básicas. As reivindicações aí expressas justificam-se desde o momento em que foram criados os agrupamentos escolares e têm-se tornado mais claras ao longo dos tempos. Todos os docentes passaram a integrar uma única organização escolar, executam o mesmo projeto educativo, têm os mesmos deveres, participam nas diferentes equipas multi e transdisciplinares, desenvolvem atividades em conjunto, consubstanciadas num plano de ação concertado. Esta alteração organizacional trouxe consigo o acréscimo de inúmeras horas de trabalho, incompatíveis com uma componente letiva de 25 horas e agravadas pela diferença de reduções horárias ao longo da carreira.

Ora, porque a garantia de condições de trabalho é fundamental para o bom desempenho da profissão docente, o abaixo-assinado, agora elaborado, exige a retificação de discriminações evidentes, entre níveis de educação e ensino. Nele, exige-se a aplicação do mesmo calendário escolar; a redução da componente letiva para as 22 horas/semanais; a redução da componente letiva por antiguidade (a partir dos 50 anos de idade e não sujeitas a requerimento e autorização); a reversão das horas de redução para a componente individual de

trabalho; a equiparação de funções do docente titular de grupo/turma ao cargo de diretor de turma (com garantia do direito à redução da componente letiva).

O abaixo-assinado vai além das questões diretamente relacionadas com a monodocência. Por exemplo, exige a redução de número de crianças/alunos por grupo/turma; a definição clara de que todo o trabalho com crianças/alunos deve ser considerado na componente letiva; a criação de um regime democrático de gestão com a inclusão de um docente EPE/1.º CEB nas equipas diretivas; a criação de um regime específico de aposentação aos 36 anos de serviço, sem qualquer penalização.

Também o modelo de atividades de enriquecimento curricular (AEC) é questionado e defende-se que as atividades de animação e apoio à família sejam desenvolvidas em horários e locais específicos e com profissionais colocados para o efeito. No que toca à expansão da rede da EPE, exige-se a oferta pública com a generalização a todas as crianças a partir dos 3 anos e a obrigatoriedade da frequência no ano imediatamente anterior à entrada no ensino básico.

Neste momento de revisão do ECD, com a subscrição do abaixo-assinado, os educadores e os professores do 1.º CEB passam a exigir disponibilidade do MECI para o diálogo e a abertura de processos negociais sobre estas matérias, porque é urgente valorizar a profissão!

MGM/APT



foto: RC

Sindicatos: pilares da democracia

A agenda sindical foi incorporando, desde antes do 25 de Abril, temas centrais, com propostas concretas e ação, para a construção de uma sociedade desenvolvida e livre. Esse sindicalismo ofensivo e transformador veio a ter um papel relevante na vitória e no enriquecimento da Democracia.

Os direitos laborais e sindicais, a valorização do trabalho, das profissões e qualificações, a representação e a negociação sindical como instrumento de intermediação para dar vida à Democracia, a afirmação da Escola Pública de qualidade, as lutas pela criação e defesa do SNS, de um Sistema Público e Universal da Segurança Social, ou do direito à justiça constituem-se como pilares fundamentais do Estado Social de Direito Democrático.

Hoje, os sindicatos passam por um período de fragilidade, pois o local e o valor do trabalho tende a ser desvalorizado em tempos de guerra. O triunfo da agenda neoliberal é o enfraquecimento da democracia, que se reflete no ataque cerrado feito ao sindicalismo. E que ninguém duvide: derrotar os sindicatos é derrotar a democracia.

Manuel Carvalho da Silva

(30 de novembro)



foto: HB

Da escola de elites à escola de massas

O processo português de escolarização para todos é geralmente apontado como uma construção retórica da educação. Este caminho para a construção da escolarização de massas tem resultado numa generosa precocidade das leis e num longo atraso na afetação dos recursos necessários para a educação.

A condição semiperiférica de Portugal iniciou-se na transição do século XVI para o século XVII e consolidou-se durante os séculos XVII e XVIII. Fronteiras antigas, uma língua comum e uma economia afastada dos estados centrais competitivos resultaram no desinteresse do Estado em reforçar a componente regulamentar do sistema público de ensino.

O Estado tornou-se no quase único agente da escolarização após as reformas pombalinas. A Revolução dos Cravos (que pôs fim ao ciclo do império) e a integração na União Europeia representaram uma multiplicidade de sinais da intenção assumida de alterar a antiga inserção no sistema mundial e deram um novo mandato à política educativa, reforçando o discurso político sobre a prioridade educativa.

António Teodoro

(21 de dezembro)



foto: HB

Os vigiados e perseguidos da PIDE

Pilar estrutural, a par da censura, da legião ou da mocidade portuguesa, a polícia política alicerçou muito da ação do regime fascista, em Portugal. Durante a ditadura e o Estado Novo, a polícia política, chamasse-se ela PVDE, PIDE ou DGS, exerceu a sua ação através da repressão da prisão e da tortura. E foi responsável por um clima de medo que se instituiu entre a população.

Ao longo de anos a fio, a informação sobre cidadãos portugueses foi acumulada em mais de 5 milhões de fichas e processos individuais ou coletivos. Os recursos eram diversificados, desde as escutas telefónicas às denúncias da extensa rede de informadores existentes. E revelaram-se métodos eficazes para a instauração deste clima de medo.

Conhecer o acesso a estes arquivos e a disponibilização da informação é parte essencial para o conhecimento do funcionamento destas estruturas repressivas para que a história não se repita. Não está lá tudo, na Torre do Tombo, até porque muito do que era o arquivo da PIDE foi queimado após o 25 de Abril. Mas está muita coisa, à espera de um olhar investigativo.

Silvestre Lacerda

(25 de janeiro)

PERDA CONSTANTE DE DIREITOS NOS CONTRATOS A TERMO NO ENSINO SUPERIOR

O Departamento do Ensino Superior e Investigação do SPN (DESI) tem reunido com docentes em instituições de ensino superior e de investigação, tendo sido eleitos, no Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) e no Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO), dois delegados sindicais que facilitarão a relação com a coordenação do DESI. Mais recentemente, reuniu com os docentes do Instituto Politécnico do Porto (IPP)



A reunião no IPP aconteceu no dia 6 de fevereiro e manteve o padrão das denúncias habituais, reportando situações que se tem procurado contrariar, evidenciando-se uma situação que, dada a sua relevância, merece algum aprofundamento. Na reunião, foi reportado que os docentes com contratos a termo certo não têm gozado férias dentro da vigência do contrato. Habitualmente contratados a 10 ou 11 meses no ano letivo, constata-se que a instituição não tem proporcionado a marcação de férias, o que, a confirmar-se, é uma transgressão grave aos direitos dos docentes. O direito a férias pagas é uma conquista da Revolução de Abril, com tradução na melhoria significativa das condições de vida dos trabalhadores e das suas famílias.

Apesar de consagradas pela ONU, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, desde 1948, e na Constituição da República Portuguesa, desde 1976, as férias periódicas pagas continuam a ser objeto de disputa. Regra geral, os docentes têm direito a 22 dias úteis (embora o período anual de férias já tenha sido de 25 dias). O direito a férias, neste ou noutro tipo de contrato, é irrenunciável e não pode ser trocado por qualquer compensação.

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) e o Código do Trabalho (CT) estabelecem para:

- Contratos com duração superior a 6 meses – O trabalhador tem direito a dois dias úteis de férias por cada mês completo de duração do contrato, até um máximo de 20 dias no 1.º ano de contrato, tendo direito a 22 dias de férias nos anos posteriores, os quais apenas podem ser gozados após 6 meses completos do início do contrato.

- Contratos com duração inferior a 6 meses – O trabalhador tem direito a 2 dias úteis de férias por cada mês completo de duração do contrato, tendo direito ao gozo de férias no período imediatamente anterior ao término do contrato.

Em ambas as situações, estipula-se que o gozo das férias deverá acontecer imediatamente antes da cessação do contrato, salvo acordo das partes. Ora, o que tem acontecido é que estes docentes desconhecem a possibilidade de gozo de férias durante a vigência do contrato e, por norma, cumprem o calendário escolar conforme o horário, sem que sejam acauteladas as férias a que têm direito. É importante referir que os docentes com esta relação contratual com o Estado, ano após ano, passam a desempregados nos meses de julho e agosto, com implicações na sua vida pessoal e familiar.

O DESI tem a consciência de que esta questão é uma das muitas que existem por resolver no que toca aos direitos dos docentes do IPP. Se o DESI destaca o direito ao gozo das férias como uma violação grave dos direitos dos trabalhadores, é porque procura, com a denúncia destes casos, caracterizar a situação com vista a uma intervenção eficaz junto dos decisores.

HM

REGISTOS DA AÇÃO REIVINDICATIVA

ECD – Fenprof entrega petição, com o dobro das assinaturas necessárias

24 de janeiro foi dia de entrega da petição “Pela urgente valorização da carreira docente”, nos serviços da Assembleia da República (AR). A intensa agenda sindical não permitiu a deslocação de uma delegação da Fenprof, o que acontecerá, aquando da discussão da petição na Comissão de Educação e Ciência. Apesar de serem necessárias 7500 assinaturas, são mais de 15 000 os docentes que subscreveram a petição sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), identificando-se com a indicação do agrupamento de escolas ou escola não agrupada em que exercem funções.

Fenprof declara greve às provas-ensaio (ModA)

A aplicação das provas-ensaio para as provas de monitorização da aprendizagem (ModA) está longe de ser um sucesso. Apesar do otimismo demonstrado pelo governo, os relatos que chegam de muitas escolas revelam um cenário com dificuldades técnicas e operacionais que comprometem a fiabilidade do processo. Recorde-se que a Fenprof entregou pré-avisos de greve para as provas-ensaio. Assim, os professores convocados para o secretariado, vigilância e classificação poderão fazer greve. Foi a resposta encontrada pela Federação a mais um atentado contra a dignidade do exercício da profissão docente, que vem sofrendo crescentes abusos que sobrecarregam, sistematicamente, os horários de trabalho.

No parlamento, pela criação do GR/IPI

A Fenprof esteve na Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República (29/jan), para defender (mais uma vez) a criação de um grupo de recrutamento para a Intervenção Precoce na Infância (IPI). Na audiência, a Federação procurou sensibilizar os deputados para a necessidade de ser criado um grupo de recrutamento específico que garanta que esta importante intervenção seja assegurada por docentes qualificados. Esta é uma matéria que, na anterior legislatura, mereceu a aprovação de uma Resolução que recomendava a criação de um grupo de recrutamento, sendo que nada avançou nesse sentido. Os deputados comprometeram-se, agora, a envidar todos os esforços para que seja de vez!

CGA – Tribunais ignoram lei interpretativa

Decisões judiciais confirmam o direito dos docentes à reintegração na Caixa Geral de Aposentações (CGA) e não aplicam a lei interpretativa, aprovada pelo PSD, CDS e Ch, considerando-a inconstitucional, por violação do princípio da confiança. Assim, os tribunais confirmam que os professores foram indevidamente afastados do regime de proteção social para o qual contribuíram e que a sua reintegração é um direito que deve ser respeitado. Cumpre esclarecer que são precisos dois requisitos para que uma lei possa ser realmente interpretativa: i) que a solução do direito anterior seja controvertida ou pelo menos incerta; ii) que a solução definida pela nova lei se

situe dentro dos quadros da controvérsia e seja passível de a ela se chegar pela interpretação da lei original. Ora, não é o que sucede com a lei em causa: i) o texto original vem sendo interpretado uniformemente nas milhares de ações julgadas pelo tribunal; ii) a solução adotada na nova lei nunca poderia ser inferida do texto original, pois este não refere a existência ou não de descontinuidades temporais entre vínculos.

Novo regime jurídico da habilitação profissional para a docência

Foi publicado o Decreto-Lei n.º 9-A/2025, de 14 de fevereiro, referente ao regime jurídico da habilitação profissional para a docência e que altera o Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico da formação contínua de professores. Recorde-se que, no processo negocial, a Fenprof emitiu parecer negativo sobre o projeto que esteve na origem deste decreto, porque, no seu entender, reduz o nível da formação dos docentes, desvaloriza o papel dos orientadores, levanta dúvidas quanto à natureza dos contratos dos estágiários e poderá levar à redução de centenas/milhares de horários nas várias modalidades dos concursos.

Educação (realmente) inclusiva, só com recursos!

Avaliação do DL54/2018 (educação inclusiva) deverá ter em conta que o problema não é da inclusão, mas sim das condições que (não) existem. Esta é a principal conclusão que a Fenprof retém dos resultados do novo levantamento, feito junto das direções de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. Seis anos após a entrada em vigor do DL54/2018, a Educação Inclusiva continua longe de corresponder ao enunciado daquele diploma. O que é feito resulta do trabalho dos docentes, de outros profissionais e de muitas famílias; o que falta fazer é resultado da falta de condições adequadas. Confirmando o que a Fenprof, há muito, vem denunciando, as escolas queixam-se de não ter os recursos humanos, físicos e materiais necessários para dar a resposta adequada a cada um dos alunos, principalmente aos que apresentam problemáticas mais complexas.

RJIES – Auscultação consequente ou aparente?

O governo aprovou (6/fev) uma proposta de lei que visa rever o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), muito antes da reunião marcada com a Fenprof para discussão da matéria em causa. A Fenprof foi chamada a uma primeira reunião de auscultação (6/jan), enviou o parecer solicitado por Fernando Alexandre, que assumiu a realização de nova reunião antes do prazo de entrega de uma proposta de lei na Assembleia da República (18/fev). Contudo, esta reunião não se realizou e à Fenprof não foi dada qualquer informação sobre o que terá sido (se foi) considerado do parecer enviado. Ora, esta forma de agir dos responsáveis pela pasta de Educação parece confirmar que o diálogo social é pouco bastante mais aparente do que consequente.

Superior Privado – Para quando um RPDIESP?

Há mais de 30 anos que a Fenprof reclama pela negociação, aprovação e publicação de um diploma regulador do regime do pessoal docente e de investigação do ensino superior privado (RPDIESP), que assegure a existência, em cada estabelecimento de ensino privado, de um corpo permanente de professores e de investigadores, dotado de estabilidade de emprego e com reais perspectivas de promoção na carreira.

DESI/Fenprof na Assembleia da República (21/jan)

No dia 21 de janeiro, realizou-se na Assembleia da República, a Conferência «Valorização da carreira docente do ensino superior», promovida pela Comissão Permanente de Educação e Ciência, com o objetivo de promover uma reflexão sobre esta carreira. A Fenprof marcou presença, apresentando um levantamento dos principais problemas relativos às carreiras docentes do ensino superior.

ESI – Fenprof exige soluções para problemas urgentes

A Fenprof, finalmente, reuniu com o ministro da Educação, Ciência e Inovação (21/jan). Nesta reunião, conseguida pela muita insistência da Federação, com pedidos sucessivos desde 19 de abril de 2024, foram discutidos vários problemas que necessitam de respostas urgentes. Entre os temas mais relevantes, destacam-se os que estão relacionados com os vencimentos e a sua valorização, desbloqueamento das progressões não obrigatórias, criação de um regime de pessoal docente e de investigação dos

estabelecimentos de ensino superior privados, a precariedade laboral e a questão dos docentes convidados.

Fenprof exige fim da discriminação entre deslocados

A Fenprof esteve na Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República (29/jan), onde defendeu a eliminação da discriminação que existe entre docentes deslocados da área de residência, estando alguns abrangidos pelo apoio financeiro criado pelo governo (os colocados em 234 agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas), do qual a maioria foi excluída (os colocados em 574 agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas).

Ciclo de Debates da Fenprof com 3000 inscrições!

O 5.º Ciclo de Debates de Fenprof (2025) bateu todos os recordes – cerca de 3 mil inscrições! Este número representa o dobro das inscrições, comparativamente com o do ano passado, que fora, até então, o mais concorrido. O ciclo, intitulado *Educação para os nossos dias com os olhos no futuro*, é composto por sete debates; o primeiro aconteceu no dia 29 de janeiro e o último será no dia 30 de abril, sempre numa quarta-feira, entre as 17h e as 20 horas. O conjunto dos debates constitui um curso de formação (25 horas), devidamente certificado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua de Professores.

GEPDES – Felizmente Abril chegou (13/fev)

Dia 13 de fevereiro, na Escola Básica Francisco de Arruda, em Lisboa, teve lugar uma homenagem da Fenprof aos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES), com a inauguração de uma placa alusiva aos grupos de estudo, que viriam a ser o embrião dos sindicatos dos professores, no Portugal democrático. Em 13 em fevereiro de 1974, foram declarados “associações secretas”, por despacho governamental. “Felizmente Abril chegou!” – recorda Maria Manuel Calvet Ricardo.

DPA/SPN visita Museu do Neorrealismo

O Departamento dos Professores Aposentados do Sindicato dos Professores do Norte (DPA/SPN) continua em “busca do património”. A próxima paragem é no Museu do Neorrealismo (26/fev). A iniciativa da criação de um museu dedicado ao neorrealismo nasceu em Vila Franca de Xira, na década de oitenta do século XX, e foi resultado da vontade de um grupo de intelectuais ligados ao movimento neorrealista.

Bragança vai de passeio ao Alentejo

A Direção Distrital de Bragança do SPN vai organizar um passeio-convívio ao Alentejo (22 e 23/mar). A saída, da Central de Camionagem de Bragança, está prevista para dia 22 (6 horas) e a chegada deverá ocorrer por volta das 22 horas do dia seguinte. Casa Museu José Régio (Portalegre), Paço Ducal (Vila Viçosa), visita ao centro de Évora, incluindo a Capela dos Ossos, passeio de barco no Alqueva são algumas das atividades programadas, onde não faltará o Cante.

RR



AVEIRO – 14h30, Av. Dr. Lourenço Peixinho-CP
BRAGA – 14h30, Praça da República – Arcada
MIRANDELA – 14h30, Parque Luciano Cordeiro
PORTO – 15h, Praça da Batalha
VIANA CASTELO – 15h, Praça da República

TOMADA DE POSSE DA DIREÇÃO DISTRITAL DE VILA REAL



A Direção Distrital de Vila Real, eleita no dia 12 de novembro, como lista V e única a apresentar-se a esta eleição, realizou, na sede distrital, uma cerimónia de tomada de posse (6/jan). A sessão foi presidida pela presidente da Mesa da Assembleia-Geral (MAG) e pelo respetivo secretário do distrito de Vila Real. E contou com a presença da presidente do Conselho Fiscal e de Jurisdição, dos membros do secretariado regional e dos dois coordenadores do SPN.

A cerimónia ficou marcada pela manifestação da vontade de inaugurar um novo ciclo de vitalidade e de in-

tervenção sindical, junto dos educadores, professores e investigadores do distrito de Vila Real. Os novos dirigentes, recém empossados, para além de desenvolverem trabalho local, prometem contribuir para a ação regional e nacional do Sindicato. Houve, ainda, espaço e tempo para a confraternização e convívio entre os presentes, em que se recordaram momentos passados, celebrou o presente e perspetivou o futuro da ação sindical docente.

GA

Em Bragança



A delegação de Mirandela promoveu um jantar-convívio, no dia 22 de novembro. Contou com muitos convivas e um em especial: Rui Tadeu.

Em Mirandela



A delegação de Bragança promoveu um jantar-convívio, no dia 29 de novembro que contou com um momento musical e poesia.

42.º ANIVERSÁRIO DO SPN — INICIATIVAS

Uma mesa redonda no Porto, uma sessão cinematográfica em Chaves e dois jantares-convívio (Bragança e Mirandela) foram as iniciativas e que assinalaram o 42.º aniversário do SPN. Para além, claro, do Ciclo de Debates do SPN, *50 anos de Abril. Liberdades, Direitos e Memórias*, que teve início em novembro e prolonga-se até junho e que se constitui como uma ação acreditada, presencial, com possibilidade de participação online.

Em Chaves

Em bom rigor, a iniciativa havida em Chaves (13/nov) revestiu-se de dois momentos distintos: *i)* confraternização; *ii)* visualização do filme “O Silêncio” do Cambedo, seguido de debate.

No primeiro momento, em representação da coordenação do SPN, José Manuel Costa referiu a importância do Sindicato na defesa dos direitos dos docentes, no Norte e a nível nacional. Referiu alguns dos problemas com que se debate a educação e a classe docente e manifestou a determinação do SPN em continuar, com os educadores e com professores, a luta pela melhoria das condições de trabalho e uma carreira docente dignificada.

No segundo, no Teatro Experimental Flaviense, os presentes puderam assistir ao filme “O Silêncio” do Cambedo, seguido de debate, com a participação de Paula Godinho (antropóloga), José Alves Pereira (correalizador) e Jorge Martins, descendente cambedense e promotor da petição entregue na Assembleia da República, pelo ressarcimento da memória do povo de Cambedo, vítima de violentos acontecimentos, ocorridos em 1946, que marcaram a história e a vida desta gente e foram imortalizados na instalação de um memorial.

MS

No Porto

A iniciativa central do 42.º aniversário do Sindicato dos Professores do Norte decorreu no Porto. Embora sequencial, a iniciativa teve diferentes partes.

A primeira, foi a entrega simbólica do cartão de sócio honorário a Licínio Lima, “pelo seu contributo para o trabalho do nosso Sindicato desde a sua fundação”, realçou José Manuel Costa, da coordenação do SPN. E destacou: “ele é o académico que mais assiduamente colaborou em iniciativas promovidas pelo SPN e é colaborador d’*A Página da Educação* desde a primeira hora”, tendo contribuído de forma decisiva “para o aprofundamento das propostas da Fenprof”, na área da administração e gestão escolar.

A segunda parte juntou os dois sócios honorários do SPN, Paulo Sucena e Licínio Lima, numa mesa redonda, moderada por Manuela Mendonça. Ali, falou-se da ditadura fascista, da esperança e do ideário do 25 de Abril, das liberdades e da cidadania, do *período revolucionário em curso* (PREC), da revolução operada nas escolas e, claro, da fundação do SPN, no ano de 1982.

No final da mesa redonda, soube muito bem ouvir João Lóio e Regina Guimarães. Depois, bom, foi o Porto de Honra.

RR



foto: Carlos Pinho



CF-SPN/2025

PLANO DE FORMAÇÃO



FORMAÇÃO
CONTÍNUA
GRATUITA

1.º Semestre - 2025

- 1** TRABALHAR COM O MICROSOFT EXCEL NA EDUCAÇÃO
Lucinda Carvalho
- 2** TRABALHO COLABORATIVO COM FERRAMENTAS GOOGLE
Formador: Paulo Pinhal
- 3** GERIR A SALA DE AULA COM A GOOGLE
Paulo Pinhal.
- 4** UMA ESCOLA PARA TODOS:
Ensinar a ler e a escrever com o método das 28 palavras
Conceição Liquito
- 5** ENSINAR, APRENDER E AVALIAR EM UM CONTEXTO DE AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE CURRICULAR:
Tarefas, Recursos, Estratégias e Métodos para Promover Estratégias Ativas
Louise Lima
- 6** A ARQUITETURA DAS FRASES COMPLEXAS:
Orações e funções sintáticas
Lúcia Vaz Pedro
- 7** AÇÃO X REAÇÃO:
Técnicas de improvisação
William Gavião
- 8** AÇÃO X REAÇÃO:
Técnicas de improvisação
William Gavião

- 9** VALORES, COMPETÊNCIAS E PRINCÍPIOS PRESENTES NO PERFIL DO ALUNO NO SÉCULO XXI
António Martins da Costa
- 10** GERIR O RELACIONAMENTO PROFESSOR/ALUNO:
A comunicação, o comportamento e os conflitos
Diogo Lima
- 11** INICIAÇÃO À PROGRAMAÇÃO EM PYTHON
Pedro Simões
- 12** EDUCAÇÃO (PARA) PELA DIVERSIDADE CULTURAL:
Danças do Mundo
Mafalda Rego
- 13** COMUNIDADES DE PRÁTICA:
Criação, dinamização e gestão
Elvira Rodrigues
- 14** A BIBLIOTECA ESCOLAR E O INCENTIVO À LEITURA E À ESCRITA COM O USO DAS FERRAMENTAS DIGITAIS
Alcina Correia e Isabel Albuquerque
- 15** ESCRITA CRIATIVA:
Uma ferramenta para diferentes disciplinas
Formador: José António Batista
- 16** UMA ESCOLA PARA TODOS:
Ensinar a ler e a escrever com o método das 28 palavras
Formador: Conceição Liquito



O SPN NA UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO

A CGTP-IN tem, na sua estrutura organizacional, direções distritais que integram vários sindicatos — são as uniões sindicais. Assim, no distrito do Porto, existe a União dos Sindicatos do Porto (USP), em cuja direção o SPN está representado, porque dela é parte integrante.

E o que beneficia o SPN com esta representação? — poderá perguntar-se. Desde logo, a possibilidade de refletir, analisar e debater com outros dirigentes sindicais de áreas de trabalho completamente diferentes, que transportam vivências e existências díspares, oriundos do setor público, privado ou solidário. Esta interpelação leva a que *cada* dirigente, delegado ou ativista e *cada* Sindicato adquira uma visão global dos problemas com que *cada* setor ou *cada* trabalhador é confrontado. E este conhecimento mais aprofundado das distintas realidades, assim como as formas de luta a que se recorre para tentar resolver os diversos problemas que *cada um* enfrenta, propicia uma ação mais consciente e criteriosa.

Dir-se-á, e com toda a propriedade, que a profissão docente tem características próprias, muito próprias! É bem verdade. No entanto, apesar da especificidade da profissão docente, se se atentar bem, muitos dos seus problemas socioprofissionais encontram paralelo noutras profissões e noutros setores. E com esse conhecimento, poder-se-á aprender. E muito! À partida, pode não ser óbvia a semelhança entre um professor e um metalúrgico, um enfermeiro ou um profissional de hotelaria, mas há algo que os une — todos são trabalhadores! Ora, sendo trabalhadores, vivendo do seu vencimento ou do seu salário, do exercício da sua profissão, da sua força de trabalho, o que os une é, inevitavelmente, muito mais do que os separa. E esta é uma verdade quase *lapalissiana*, de tão evidente e transparente se revela nos debates realizados no âmbito da USP. Por vezes, até dá vontade de perguntar — mas por que tem de ser (sempre) de outra forma?

Este saber que advém da possibilidade de *estarmos juntos*, de partilha de preocupações e problemas, de associação de diferentes geografias socioprofissionais potencia, também, a ideia de que perante realidades próprias de diversas classes profissionais, mas com um denominador comum — o mesmo setor, por exemplo —, se possa agendar luta convergente. Na educação, a escola, ou o jardim-de-infância, é um desses exemplos, onde se pode desenvolver luta convergente de educadores, professores e assistentes operacionais ou administrativos.

No capítulo da luta, acresce a possibilidade de processos que envolvem várias classes profissionais, várias áreas de trabalho, vários setores. Por exemplo, um problema que afeta todos os trabalhadores de um determinado distrito. Aí, estará, garantidamente, a união de sindicatos respetiva a organizar a luta. Justa e consequente. É assim com o 1.º de Maio; é assim com manifestações locais; com concentrações setoriais; com greves distritais de todos os trabalhadores! E se há problemas específicos com trabalhadores do distrito do Porto, então, há que contar com o contributo da USP para encontrar solução!

Em suma, a USP é um espaço de convergência sindical, ponto de encontro de Sindicatos, lugar de partilha entre dirigentes, delegados e ativistas sindicais. É um espaço de aprendizagem, de confronto de perspetivas, de troca de conhecimento, de procura de soluções, de organização comum. É um espaço, do qual o SPN se orgulha de ser parte!

CN



Taxa Paga
Portugal
Contrato 119214



Autorizado a circular
em invólucro fechado
de plástico ou papel
DE 00022025ES

Sindicato dos Professores do Norte
Rua D. Manuel II, 51C, 3.º andar 4050-345 Porto

Ano XLII — III série — n.º 87
Distribuição gratuita aos sócios

Publicação trimestral
Dezembro/2024, janeiro e fevereiro/2025

SPN Informação
Diretora — Manuela Mendonça

índice

2 — **a abrir**

SPN saúda libertação de Fatima Al-Rimawi

3 — **editorial**

2025 — Ano de revisão do ECD

4 — **grande-angular**

Fotografias de Henrique Borges

5 — **em foco**

Estatuto da Carreira docente (ECD)

ECD — As reivindicações

ECD — Fevereiro, mês de plenários sindicais

SPN saúda libertação de Fatima Al-Rimawi

10 — **ponto de vista**

Profissão sem estatuto é barco à deriva

11 — **em alta resolução**

Fotografia de Paulo Campos

12 — **das escolas**

Museu da Ciência na Rodrigues de Freitas (Porto)

14 — **direito aos direitos**

O papel da Medicina do Trabalho na modernização do serviço distribuído aos docentes

15 — **destaque**

Homenagem a Teresa Maia Mendes

19 — **na mira**

MpD — Pelo fim do modelo concursal

20 — **ação sindical**

Professores defendem democratização da gestão escolar

IPSS — Pela valorização dos professores

EAE — Uma profissão desvalorizada

EPE/1.º CEB — Valorizar os docentes (abaixo-assinado)

SPN — Ciclo de debates

ESI — Perda constante de direitos nos contratos a termo

Registos da ação reivindicativa

28 — **do sindicato**

Tomada de posse da DD Vila Real

42.º aniversário do SPN

30 — **da formação**

Plano de formação para o 1.º semestre de 2025

31 — **convergência sindical**

O SPN na União dos Sindicatos do Porto